

INVESTIGAÇÃO SOBRE UNIDADES MONÁSTICAS

MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA*

A pesquisa e os estudos sobre unidades monásticas portuguesas têm tradição na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tanto realizados pelo corpo académico, como pelos inúmeros trabalhos apresentados em provas de mestrado e doutoramento. Os enfoques da investigação distenderam-se pelos domínios das Humanidades, passando pelos estudos aprofundados nas áreas disciplinares da História, da História da Arte e da Arquitetura.

As plurais instituições monásticas portuguesas sempre se articularam com o Poder Central, desde a fundação de Portugal, no século XII, até à extinção total das Ordens Monásticas em território português, ditada pelo Decreto-lei de 1834, preparado pelo ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar e ratificado pelo monarca reinante D. Pedro IV.

Os grandes confrontos ideológicos que vinham a ter lugar na Europa, durante a segunda metade do século XVIII, tiveram como epílogo, em Portugal, o extremismo entre os dois príncipes Pedro e Miguel, filhos de D. João VI, que lutaram frente a frente em posições antagónicas — conservadores e liberais.

Na organização dos territórios as unidades monásticas desempenharam um papel relevante nas esferas religiosa, política e de administração pública e civil, como na introdução e divulgação de conhecimentos científicos aplicados à rentabilização de práticas agrícolas, do desenvolvimento económico, até ao ensino ministrado e desenvolvido em alguns mosteiros.

O Património Monástico, pela sua representatividade na cultura e na identidade da Europa, no século XXI, continua a justificar a pesquisa, reflexão e análise crítica dos mosteiros e conventos e das suas comunidades humanas para o entendimento da Europa e das suas nações, na interligação e dependência da Igreja e do Bispo de Roma, do Vaticano e dos Papas.

Nos primórdios do cristianismo, ainda em contexto sociocultural do Império Romano, foram surgindo em diversos pontos do território, núcleos humanos que,

* Coordenador-geral das Jornadas de História da Arquitetura. UP-FLUP-CITCEM.

em círculo de contracorrente, deram origem a mosteiros e respetivas comunidades. A Regra de São Bento, cujos princípios doutrinários e metodológicos foram adotados pelas comunidades monásticas, foi escrita no século VI, por Bento de Núrsia, e definiu os princípios que regulamentaram a fundação de mosteiros e conventos na Europa, bem como a organização das comunidades humanas de religiosos e religiosas que habitaram no tempo longo esses espaços arquitetónicos.

Na Alta Idade Média, do século IV ao século XI, muitas comunidades monásticas eram dúplices, acolhendo no mesmo espaço mulheres e homens que partilhavam os mesmos valores religiosos e culturais. O Mosteiro de Arouca, fundado no século X, foi também ele habitado por uma comunidade monástica feminina e masculina, até ao século XII. Na observância dos princípios regrais de Bento de Núrsia, a comunidade monástica de Arouca passou a ser exclusivamente feminina a partir de 1154. As religiosas seguiram a observância da Regra de São Bento até à adoção renovada da filiação a Bernardo de Claraval.

As comunidades monásticas geriam-se por dois vetores fundamentais à essência humana na intemporalidade — o tempo e o espírito. Ou, dito de outra forma, as coordenadas territoriais, a cronologia e a cultura, são basilares para a compreensão do devir da humanidade como o são para as unidades monásticas, seja qual for a Regra de Observância e a sua localização geográfica em plurais territórios.

Por seu turno, os habitantes de uma região — aldeia, vila ou cidade — que receberam uma unidade monástica, ficam culturalmente timbrados pela vida que se gera dentro dos muros conventuais e claustrais. Há uma relação humana entre os consagrados e as consagradas com a população laica, que nem os muros monásticos conseguem barrar. Efetivamente, os mosteiros sempre foram centros de poder e de organização. Basta salientar as imensas propriedades agrícolas que faziam parte do património fundiário monástico e que eram arrendadas a foreiros para exploração, as paróquias/freguesias que integravam o seu padroado, ou ainda os coutos monásticos, cujos cargos públicos de gestão eram desempenhados por membros civis das elites locais, sob a observação direta do abade ou da abadessa.

Abade e abadessa, gestores materiais e espirituais da comunidade monástica, concomitantemente determinavam a orientação dos cargos civis que geriam o couro, em plena articulação com o poder central.

Importa salientar o papel de comando feminino que as abadessas assumiram na gestão complexa do seu convento em paridade com o desempenho que o abade desenvolvia nas unidades monásticas masculinas.

A abadessa do Mosteiro feminino de Santa Maria de Arouca foi, na diacronia, o pilar hierárquico daquela comunidade feminina e dos cargos de poder civil do couro. Os representantes do poder público assumiam as suas funções prestando juramento do seu desempenho à abadessa do mosteiro.

Igual protagonismo feminino foi praticado em inúmeros mosteiros e conventos.

A extinção das Ordens Monásticas em Portugal, pela lei do Estado de 1834, exclausurou de imediato os monges, tornando o património arquitetónico e artístico dos mosteiros masculinos em bem público. Centenas ou milhares de religiosos, em Portugal, foram confrontados do dia para a noite, sem o refúgio do seu mosteiro, da sua cela, da sua casa.

Às casas monásticas femininas foi dado um período mais alargado para o fecho das suas portas. Foram encerrados de imediato os noviciados que acolhiam candidatas aos votos monásticos, sendo que a extinção dos mosteiros só teria lugar após a morte da abadessa em exercício.

Várias unidades monásticas femininas portuguesas prolongaram-se até perto de finais do século XIX.

Muito do acervo monástico português, imóvel e móvel, foi vendido em leilão público. Os complexos arquitetónicos monásticos foram utilizados pelas comunidades locais como resposta às novas necessidades socioculturais da população, incluindo os aglomerados urbanos que se desenvolveram em estreita articulação com o mosteiro. As instalações arquitetónicas foram panaceia para todas as carências sociais. Recorde-se: de asilo para mendigos, hospital municipal, posto dos correios, pavilhão cinematográfico, habitação privada, sede de paços de concelho, escola, sede de associações, etc.

Seguiu-se a classificação de algumas unidades monásticas portuguesas como Património Nacional, processo que no século XXI ainda não está encerrado. Essas unidades classificadas acolheram a proteção e salvaguarda, a conservação e restauro, promovidos pelo Estado. Importa salientar o trabalho técnico que foi realizado pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nos complexos monásticos classificados.

Porém, os conceitos da intervenção praticados pelas sucessivas equipas da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tecnicamente de grande qualidade, seguiram as melhores práticas de restauro e conservação aplicadas na Europa, e sobretudo em França, na segunda metade do século XIX, teorizadas e praticadas por Eugène Viollet-le-Duc.

Estes conhecimentos não tiveram qualquer atualização crítica em Portugal até aos anos 70 do século XX. As propostas de John Ruskin, contemporâneo de Viollet-le-Duc, não foram estudadas nem analisadas em Portugal.

A ciência estava a constatar e a formular outros modos acerca da intervenção no objeto classificado. Da conferência internacional de Atenas, de 1931, sobre restauro dos monumentos, resultaram novas orientações sobre as intervenções e conservação do património, expressa na *Carta de Atenas*.

A partir dos anos 80, as unidades monásticas portuguesas, classificadas como Património Nacional, acolheram novos programas científicos e ideológicos, com vista à preservação destes complexos arquitetónicos — preservação assumida pelo Estado, enquanto geradora da sua autossuficiência.

O programa em desenvolvimento no núcleo museológico dos mosteiros cistercienses do Douro espelha as melhores práticas de preservação do património monástico e da sua integração nas comunidades laicas e locais.

A presente publicação, dedicada à investigação sobre *Mosteiros e Conventos. Formas de (e para) Habitar*, resulta da 6.ª Jornada de História da Arquitetura realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Este encontro científico reuniu um destacado elenco de conferencistas, convidados a participar pelo trabalho de investigação realizado nesta linha temática.

Os textos escritos foram submetidos a *peer review* e dão corpo ao segundo volume de *História da Arquitetura. Perspetivas Temáticas*. Importa realçar a pertinência das novas abordagens e interrogações que foram lançadas aos espaços arquitetónicos, cuja permanência no tempo longo, deixaram marca indelével na cultura ocidental contemporânea. O prestígio académico dos membros que integram a comissão científica, proveniente de universidades e centros de investigação de Portugal e de Espanha, é um excelente aferidor da pertinência do encontro em pleno século XXI.

A mesa-redonda, cujo tema era *Os Mosteiros e Conventos: novas perspetivas de investigação*, foi um ponto alto de partilha e de reflexão de vários cientistas sobre o presente e o futuro da investigação sobre unidades monásticas, particularmente no campo patrimonial — arquitetónico — artístico. Pela pertinência dos assuntos debatidos, publica-se uma ata, elaborada pela Doutora Sofia Vechina, para que o intenso e profícuo debate científico não se esfume.

Da História da Arquitetura faz parte a análise e interpretação do signo e significado dos espaços arquitetónicos, como a descodificação dos contextos cultural e artístico que os produziu e transformou. Esta Jornada de História da Arquitetura sobre unidades monásticas teve a colaboração musical da Fundação Conservatório de Gaia, tanto na Faculdade de Letras, como no Mosteiro de São Bento da Vitória do Porto. Agradecemos ao Presidente da Fundação e Maestro Mário Mateus a colaboração no encontro e a preparação do programa musical em articulação, temporal e musical, com a matéria em análise.

A aula de campo ao Mosteiro de São Bento da Vitória orientada pelo Professor Doutor Geraldo Coelho Dias, monge beneditino, permitiu a articulação do conhecimento científico, da História da Arquitetura e da imaterialidade de trechos musicais, realizados por estudantes do Conservatório Regional de Gaia.